



10 DE MAIO DE 2018

Quinta-feira

- NOVOS PROJETOS DE LEI- NÚCLEO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS Nº 13. ANO XIV. 10 DE MAIO DE 2018
- STF SUSPENDE SESSÃO E RETOMARÁ JULGAMENTO DA REFORMA TRABALHISTA NESTA QUINTA
- SUBCOMISSÃO DEBATERÁ COM ESPECIALISTAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTATUTO DO TRABALHO
- GOVERNO ENVIA AO CONGRESSO NOVA LEI DE FALÊNCIAS
- JUIZ MANDA PRENDER TESTEMUNHAS QUE MENTIRAM EM AÇÃO TRABALHISTA NO PARANÁ
- CÂMARA APROVA TEXTO-BASE DO CADASTRO POSITIVO POR 273 A 150 VOTOS
- PARTIDOS E DEPUTADOS APRESENTAM 15 DESTAQUES AO TEXTO-BASE DO CADASTRO POSITIVO
- INADIMPLÊNCIA SOBE 3,5% E CHEGA A 62 MILHÕES DE BRASILEIROS, DIZ PESQUISA
- CLIMA ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA RECUA COM PIORA DE BRASIL E ARGENTINA
- INDÚSTRIA DE SP CRESCE 2% EM MARÇO, DIZ IBGE
- EMPRESAS PRECISAM BRIGAR GLOBALMENTE, DIZ NOVO PRESIDENTE DA MCKINSEY
- PROJETO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL ENVIADO AO CONGRESSO PERMITE QUE GOVERNO PEÇA FALÊNCIA DE EMPRESAS
- QUEM PERDERÁ E QUEM GANHARÁ DOS ROBÔS, SEGUNDO SOCIÓLOGO QUE ESTUDA O TRABALHO HÁ 50 ANOS
- BRASIL TERÁ SALDO POSITIVO DE EMPREGOS FORMAIS EM TODO O ANO DE 2018, DIZ MINISTRO DO TRABALHO
- ENTENDA COMO FUNCIONA A APOSENTADORIA POR TRABALHO PERIGOSO

- IGP-M NA 1ª PRÉVIA DE MAIO SOBE 1,12% ANTE 0,18% NA 1ª PRÉVIA DE ABRIL, DIZ FGV
- INPC DE ABRIL SOBE 0,21% ANTE 0,07% EM MARÇO, APONTA IBGE
- DÓLAR SOBE PELA 3ª VEZ SEGUIDA, VAI A R\$ 3,59 E RENOVA MÁXIMA EM 2 ANOS
- INFLAÇÃO ACELERA EM ABRIL PARA 0,22% COM REMÉDIO E PLANO DE SAÚDE MAIS CAROS
- CRISE NA ARGENTINA TEM RISCO "BAIXO" PARA O BRASIL, DIZ BRADESCO
- VEÍCULOS IMPORTADOS DA FORD SÃO RETIDOS EM PORTOS CHINESES
- GERDAU REVERTE PREJUÍZO E TEM LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DE R\$ 451 MI NO 1º TRI
- MELHORA DA DEMANDA IMPULSIONA GERDAU
- INDÚSTRIA DE VEÍCULOS DO BRASIL SE PREOCUPA COM ALTA DE JUROS NA ARGENTINA
- TEMA DE FÓRUM, RH SE PREPARA PARA A INDÚSTRIA 4.0
- MARCOPOLO REPORTA MELHOR RESULTADO TRIMESTRAL DESDE 2013
- JANELA DA FORD PERMITE QUE CEGOS TOQUEM A PAISAGEM
- CARRO ELÉTRICO TEM POTENCIAL PARA CRESCER RÁPIDO NO BRASIL, DEFENDE ABB
- AUDI ADMITE PERDER DINHEIRO AGORA PARA GANHAR NO FUTURO
- WORKSHOP ALÉM DAS FRONTEIRAS - CURITIBA

CÂMBIO		
EM 10/05/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,553	3,553
Euro	4,226	4,228

Fonte: BACEN

10/05/2018 – Fonte: FIEP

**NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL
INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA
REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA
DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS**

Formalização por escritura pública da constituição de empresas

PL 10044/2018 do deputado Milton Monti (PR/SP)

Hipótese de cancelamento de inscrição de devedor em banco de dados de cadastro negativo

PL 10084/2018 do deputado João Gualberto (PSDB/BA)

Presunção de dano ao erário público nas dispensas indevidas de licitação

PL 10086/2018 do deputado Francisco Floriano (DEM/RJ)

Novo requisito para celebração de contrato por órgão e entidade Administrativa

PL 10101/2018 do deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Novos atos que constituem improbidade administrativa

PL 10059/2018 do deputado Cícero Almeida (PHS/AL)

MEIO AMBIENTE

Preservação dos Campos de Altitude

PLS 194/2018 da senadora Ana Amélia (PP/RS)

Redução de IPI para produtos adequados à economia verde de baixo carbono

PL 10073/2018 do deputado Junji Abe (PSD/SP)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS

Salário de contribuição do aprendiz

PL 10034/2018 do deputado Antonio Bulhões (PRB/SP)

Contrato de menores aprendizes

PL 10088/2018 do deputado Izalci Lucas (PSDB/DF)

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Trabalho insalubre da gestante e lactante e quarentena para recontração de trabalhador demitido

PL 10098/2018 do deputado Aliel Machado (PSB/PR)

INFRAESTRUTURA

Sustação do Decreto que inclui a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização

PDS 37/2018 da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Sustação do Decreto que inclui a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização

PDC 918/2018 do deputado Henrique Fontana (PT/RS)

INTERESSE SETORIAL

AGROINDÚSTRIA

Concessão de subvenção econômica a empresas cerealistas, em operações de financiamento, contratadas junto ao BNDES

PL 10079/2018 do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS)

INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

Análise de alimentos por laboratórios habilitados

PLS 202/2018 do senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

Fiscalização sanitária da comercialização de produtos de origem animal

PL 10068/2018 do deputado Hiran Gonçalves (PP/RR)

Obrigatoriedade de informação do uso de agrotóxicos em alimentos
PL 10085/2018 do deputado Ivan Valente (PSOL/SP)

INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E DE BEBIDAS

Obrigatoriedade de divulgação da quantidade de corante caramelo IV no rótulo das bebidas
PL 10065/2018 do deputado Celso Russomanno (PRB/SP)

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Renegociação de contratos do Programa Minha Casa Minha Vida com subsídios do Fundo Garantidor da Habitação Popular
PL 10077/2018 do deputado Walter Alves (PMDB/RN)

INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO

Outorga de permissão de lavra garimpeira em área onerada por autorização de pesquisa
PL 10094/2018 da deputada Simone Morgado (PMDB/PA)

INDÚSTRIA DA PESCA

Novas hipóteses de restrição à pesca
PL 10099/2018 do deputado Tenente Lúcio (PR/MG)

INDÚSTRIA DE BEBIDAS

Proibição de publicidade de bebidas alcoólicas em eventos esportivos
PL 10041/2018 do deputado Elizeu Dionizio (PSB/MS)
Restrição à importação de vinho e derivados de uva
PL 10067/2018 do deputado Covatti Filho (PP/RS)
Faixas de alíquota de IPI para bebidas não alcoólicas adoçadas com açúcar
PL 10075/2018 do deputado Aureo (SD/RJ)

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Registro especial temporário para medicamentos de doenças raras ou negligenciadas
PLS 203/2018 do deputado Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)
Produção de fármacos destinados ao tratamento de doenças negligenciadas
PL 10096/2018 da deputada Laura Carneiro (DEM/RJ)

INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA

Sustação de restrições ao comércio de etanol combustível
PDC 916/2018 do deputado Jhc (PSB/AL)

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Possibilidade de opção extraordinária pelo Simples para contribuintes que tenham aderido ao Pert-SN
PLP 500/2018 do deputado Jorginho Mello (PR/SC)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

Alterações na Reforma Trabalhista
PLS 207/2018 do senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Divulgação de relatório sobre composição de empregados separados por sexo
PLS 205/2018 da senadora Rose de Freitas (PMDB/ES)

INFRAESTRUTURA

Sustação do Decreto que inclui a Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização
PDS 38/2018 do senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

INTERESSE SETORIAL INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

Análise de alimentos por laboratórios privados habilitados
PL 10069/2018 do deputado Hiran Gonçalves (PP/RR)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL INTERESSE SETORIAL

INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

Obrigação do fornecedor em informar ao consumidor sobre a presença de insumos de origem suína na composição dos produtos
PL 227/2018 de autoria do deputado Ademar Traiano (PSDB)

MEIO AMBIENTE

Dispõe sobre a preservação permanente do Rio Ivaí e seus afluentes
PL 230/2018 de autoria da deputada Claudia Pereira (PSC)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Regulamentação do processo administrativo pelo DETRAN/PR, para aplicação e cumprimento da penalidade de suspensão do direito de dirigir no ano das infrações
PL 231/2018 de autoria do deputado Gilberto Ribeiro (PP)

STF suspende sessão e retomará julgamento da reforma trabalhista nesta quinta

10/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma nesta quinta-feira (10) o julgamento de uma ação da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra dispositivos da reforma trabalhista que restringe a gratuidade judicial para pessoas pobres. É a primeira ação contra a reforma trabalhista analisada pelo plenário do Supremo.

Os ministros analisam os critérios para alcance de gratuidade para aqueles que conseguem provar insuficiência de recursos na Justiça do Trabalho. Durante a sessão desta quarta-feira, Barroso pediu a suspensão do julgamento, prometendo ler o voto no início da sessão desta quinta-feira.

“Eu ouvi coisas da tribuna que me impressionaram e sobre as quais eu gostaria de refletir. Em segundo, mais de um colega me pediu que eu indicasse o adiamento (do julgamento) para que pudesse igualmente fazer uma reflexão. Eu traria meu voto na primeira hora amanhã (quinta-feira) para levar em conta as colocações relevantes feitas na tribuna e algumas que me impressionaram. E mesmo o diálogo interno com os colegas eu gostaria de levar em conta”, disse Barroso.

Até o momento, já se pronunciaram na tribuna representantes da Procuradoria-geral da República, da Advocacia Geral da União, e “amigos da Corte”, que pediram para se manifestar no processo.

A nova lei trabalhista determina, por exemplo, que o pagamento dos honorários periciais   responsabilidade de quem perde a ação trabalhista, mesmo que a pessoa seja beneficiária da justiça gratuita.

A reforma define que a parte vencida deve pagar os honorários da parte vencedora no processo, em valores fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença.

Quando um beneficiário da justiça gratuita perde uma ação, suas obrigações com os honorários somente podem ser executadas se, dois anos após o trânsito em julgada

da decisão judicial, ele não demonstrar a situação de insuficiência de recursos que havia justificado a concessão de gratuidade.

Já quando um trabalhador, que provou a necessidade de gratuidade anteriormente, perder uma causa, ele deverá executar, sem espera, o pagamento dos honorários quando conseguir, judicialmente, "créditos capazes de suportar a despesa", como valores de hora extra, também definiu a reforma trabalhista. Essa é outra determinação questionada pela procuradoria.

Outro trecho da reforma também definiu que, quando o autor de uma ação trabalhista falta a alguma audiência, ele fica responsável ao pagamento dos custos processuais, mesmo quando é beneficiário da justiça gratuita. A PGR também ataca o trecho em torno da obrigatoriedade ao beneficiário da justiça gratuita.

A ação foi ajuizada pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em agosto do ano passado, às vésperas de deixar o cargo. A PGR entende que os dispositivos violam as garantias constitucionais de amplo acesso à justiça e a assistência judiciária integral aos necessitados.

Manifestação

No início do julgamento, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, disse que a reforma trabalhista afronta a garantia de amplo acesso à Justiça, ao possibilitar que o trabalhador carente pague as despesas processuais.

"As normas agravam ainda mais a condição atual daquele que precisa ajuizar uma ação na Justiça do Trabalho, mas é carente de recursos para tanto. Essa lei padece de um vício de proporcionalidade ao propor restrição desmedida a direitos fundamentais", criticou Raquel Dodge.

Subcomissão debaterá com especialistas contribuições para o Estatuto do Trabalho

10/05/2018 – Fonte: Senado Notícias



A Subcomissão do Estatuto do Trabalho vai receber representantes das entidades que compõe o seu grupo de trabalho para dar seguimento às discussões sobre o processo e o direito do trabalho. A audiência pública acontecerá nesta quinta-feira (10), a partir das 9h.

A iniciativa da reunião é do senador Paulo Paim (PT-RS). Para ele, a proposta de Estatuto do Trabalho vai conferir maior segurança jurídica aos empregados e empregadores, propiciando uma melhora significativa na relação trabalhista, contribuindo para o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais.

Foram convidados para o debate a pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Magda Barros Biavaschi; o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Silva; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa; e o presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, Hugo Melo Filho.

Também devem participar representantes do Ministério Público do Trabalho, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, além de integrantes de organizações sindicais.

Etapas

Presidida pelo senador Telmário Mota (PTB-RR), a subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e foi instalada em agosto de 2017. A audiência pública desta quinta-feira (10) vai encerrar a primeira etapa dos trabalhos da subcomissão.

Nesta primeira etapa, o grupo de trabalho já realizou 19 audiências públicas debatendo temas de relevância do direito do trabalho com segmentos da sociedade, sobretudo, o sindical, com objetivo de coletar sugestões para elaborar a primeira versão do anteprojeto do Estatuto do Trabalho.

Na segunda etapa, representantes da sociedade de cada estado serão ouvidos para o aperfeiçoamento do projeto.

Governo envia ao Congresso nova Lei de Falências

10/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Após mais de seis meses parado na Casa Civil, um projeto que trata da Lei de Falências e de recuperação judicial foi enviado pelo governo ao Congresso, nesta quarta-feira (9). A medida foi anunciada pelo presidente **Michel Temer**, por meio de sua conta no Twitter.

"Como a regra do nosso governo tem sido a modernização de toda a legislação brasileira, como fizemos, por exemplo, com a legislação trabalhista, com o teto dos gastos públicos, como a reforma do Ensino Médio, hoje eu pratique um ato muito importante.

Eu estou encaminhando ao Congresso Nacional um projeto de lei que trata da nova lei de falências e da recuperação judicial e extrajudicial", disse o presidente em vídeo. Temer disse ainda que é um texto "moderníssimo" e que foi avaliado por especialistas da área que trabalharam com o governo.

"É mais um tema de atualização legislativa, portanto colocando o Brasil no século XXI." A intenção de modificar a legislação que trata de pedidos de falência ou de recuperação judicial de empresas é antiga. Depois de meses de estudo, Henrique Meirelles, ainda à frente da Fazenda, disse que o texto seria encaminhado em setembro de 2017 ao Congresso.

Com a proposta, o governo tenta diminuir o prazo médio da recuperação judicial. Outro ponto importante da nova lei deverá ser o abatimento do imposto cobrado quando a empresa negocia uma redução da dívida. O texto permite o parcelamento de dívidas com a Receita.

Juiz manda prender testemunhas que mentiram em ação trabalhista no Paraná

10/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

"Espertinhos" que se cuidem! Reforma Trabalhista estabelece mais rigor do judiciário pra quem mentir em juízo.

Duas testemunhas de uma ação trabalhista foram presas em flagrante por mentirem diante de um juiz durante audiência na Justiça do Trabalho de Campo Largo, Região Metropolitana de Curitiba. A decisão do juiz Marlo Augusto Melek foi considerada

surpreendente. Ele aguardou a chegada da Polícia Federal para conduzir os presos e seguir com a audiência, e aplicou na hora uma multa à preposta (representante da empresa) no valor de R\$ 5 mil em favor do autor da reclamatória em questão.



A decisão desta semana foi uma mostra da mudança de pensamento da Justiça após as alterações da reforma trabalhista, das quais o próprio juiz Melek foi um dos redatores.

Uma grande loteria na qual todo mundo vai tentar a sorte. Até julho do ano passado era assim que muita gente enxergava a Justiça do Trabalho. Principalmente aqueles que buscavam tirar vantagem sobre conflitos trabalhistas. Para tanto, valia tudo em audiência. Mentir, omitir informações, inventar histórias e recorrer ao bom e velho "não me lembro".

Ao que tudo indica, porém, depois da entrada em vigor do texto que reformou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), isso já está mudando e, em tribunais de todo o país, juízes têm pesado a mão nos "espertinhos" de plantão. No Paraná, este caso não deixa dúvidas a respeito do rigor com o qual o judiciário tem encarado a deslealdade em juízo. Para explicar melhor como isso está funcionando, a Tribuna do Paraná foi esclarecer algumas dúvidas.

"Você jura dizer a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade perante Deus?" – pergunta a corte à testemunha que, com uma das mãos estendida sobre a Bíblia Sagrada, se compromete a não mentir para o juiz.

A cena clássica dos filmes americanos faz muita gente pensar que no Brasil também é assim. Mas não é. Previsto em lei, o chamado "compromisso legal", da justiça brasileira, determina que – antes de qualquer audiência – os juízes advertam as partes litigantes sobre a obrigação de dizer a verdade sob risco de cometerem o crime de falso testemunho (que pode gerar pena de 3 a 4 anos de prisão). Sem drama, sem Bíblia.

Mesmo assim, muita gente conseguia "dar seus pulos", e passar impune ao mentir em juízo. Tendo em vista estabelecer a ordem, e "acabar com a festa" de muitos espertinhos, a Reforma Trabalhista impôs mais rigor nestes casos a partir da criação de um novo artigo – o 793 – que determina àquele que litigar de má-fé a responsabilidade de arcar com perdas e danos (multa) no processo. Em alguns casos mais graves, nos quais a mentira venha a prejudicar muito a outra parte, pode até ser determinada a prisão.

Logo, juízes trabalhistas de todo o Brasil começaram a por em prática a nova regra, pesando a mão tanto sobre autores quanto sobre réus.

Em fevereiro, Delano de Barros Guaicurus, magistrado da 33ª Vara Trabalhista do Rio de Janeiro, condenou um trabalhador que agiu comprovadamente de má-fé ao pagamento de 15% do valor da causa – antes mesmo do julgamento da ação – depois que teve conhecimento de uma mensagem de celular na qual o funcionário acertava valores a serem passados para uma testemunha em seu favor. Já em Caieiras, interior de São Paulo, uma testemunha teve de pagar mais de R\$ 12 mil (5% do valor da causa) à parte autora por ter mentido em depoimento.

Exemplo paranaense

O “migué” dado pelas testemunhas do caso paranaense foi descoberto pelo magistrado no fim da audiência, quando uma gravação que havia sido anexada aos autos separadamente foi apresentada pelos autores, comprovando o pagamento dos valores negados anteriormente. Determinada a prisão, a audiência foi interrompida até a chegada dos policiais que conduziram os mentirosos à Polícia Federal.

Nos autos, o próprio juiz reconheceu a decisão como enérgica, porém necessária. “Reconheço que a prisão em flagrante é uma medida extrema e que em 13 anos de carreira a determinei apenas 03 vezes.

Além da legalidade da prisão, ora determinada, é certo que essas testemunhas vêm reiteradamente mentindo em inúmeros processos, violando toda a sorte possível na legislação trabalhista, penal e adjetiva, causando prejuízo sem precedentes à correta prestação jurisdicional, sendo que dezenas de processos poderão ser revistos em Ação Rescisória, pela ausência de lisura da prova produzida. Assim, lamentável a conduta da preposta da reclamada e suas testemunhas indicadas” – ressaltou no processo.

Para esclarecer algumas dúvidas a respeito das sanções às quais passam a estar sujeitos os mentirosos de carteirinha, a **Tribuna do Paraná** conversou com o juiz Marlon Augusto Melek, que explicou como a Justiça do Trabalho em nosso estado passa a encarar esse tipo de conduta. Leia a seguir.



Juiz Melek admite que foi rígido, mas a medida necessária. Foto: Pedro Serápio/Arquivo/Gazeta do Povo

Como era antes da Reforma Trabalhista?

Marlon Augusto Melek: *Antes do novo texto, a Consolidação das Leis do Trabalho encarava a mentira em juízo como qualquer outra área do direito. O crime de “perjúrio” tem previsão legal no código penal desde a década de 40. O que mudou depois da nova CLT é que existe a possibilidade da aplicação de uma multa (a critério do juiz) para quem mentiu. Nesse caso específico, no qual determinei a prisão em flagrante, entendi que a conduta foi muito grave, já que a empresa sempre arrolava as mesmas testemunhas em todos os processos e elas mentiram em todos”, afirma.*

Por que a lei ficou mais rigorosa?

Entendemos que é preciso respeitar e recuperar a dignidade da justiça trabalhista em muitos aspectos. A medida serviu para restabelecer a ordem e restituir a confiança de quem busca seus direitos, seja trabalhador, seja empresa.

Como o rigor pra quem mente ajuda a melhorar a justiça trabalhista?

Acredito que a sensação de justiça que a parte lesada sente ao provar a verdade é o primeiro fator a ser considerado. Quando a verdade aparece e comprova-se que houve mentira de uma testemunha, por exemplo, a parte lesada se sente de alma lavada. Quando o juiz toma medidas mais severas é como se estivesse devolvendo a dignidade ao prejudicado. Em segundo lugar, o próprio judiciário ganha mais credibilidade e, por fim, a própria população (pelo boca a boca), começa a pensar dez vezes antes de mentir à justiça.

Sobre quais assuntos mais se mente?

Quando se fala em trabalhador e empregador os assuntos mais mentidos são sempre referentes às horas extras e jornada de trabalho. De um lado os trabalhadores dizem que trabalharam por mais tempo, ou que não usufruíram de descanso, por exemplo. De outro, os empregadores costumam contornar os pagamentos feitos "por fora", como comissões.

O artigo 793 fere o direito de "não produzir prova contra si mesmo"?

Não. O princípio constitucional da "presunção de inocência" diz apenas que ninguém é obrigado a produzir provas contra si. Mesmo assim, a lei não autoriza ninguém a mentir em juízo. O Código de Processo Civil determina que não apenas as partes, mas todos procedam com lealdade e boa fé na justiça, estando proibidas de alterar a veracidade dos fatos sob risco de violação do princípio da boa fé. Ou seja, se você não quer falar, fique em silêncio, mas não minta.

Como funciona a prisão nestes casos?

A pessoa presa por mentir em juízo passará por todos os procedimentos padrões de uma prisão em flagrante comum. Terá que juntar certidões provando que é réu primário, que não deve à justiça em outras áreas e somente um desembargador poderá dizer se cabe Habeas Corpus ou liberdade provisória. De qualquer forma, ninguém está livre do rigor nem do constrangimento.

Câmara aprova texto-base do cadastro positivo por 273 a 150 votos

10/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Após meses de idas e vindas no Congresso, o texto-base do projeto do novo cadastro positivo foi aprovado nesta quarta-feira, 9, pelo plenário da Câmara, por 273 a 150 votos. Houve uma abstenção. A Câmara ainda precisará votar destaques ao texto-base aprovado, antes de a proposta voltar ao Senado.

O líder do governo na Câmara, deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse ao >Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, não ver condições para votação dos destaques ainda hoje. Isso porque muitos parlamentares já deixaram a Câmara, após a votação do texto-base. Para Ribeiro, há risco de derrota se o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), insistir na votação dos destaques ainda hoje.

Uma das principais bandeiras defendidas pelo Banco Central na área de crédito, a proposta, depois de passar definitivamente pela Câmara, voltará ao Senado. O projeto cria condições para que consumidores e empresas que pagam as contas em dia acessem linhas de crédito com taxas de juros mais baixas.

Este é o principal objetivo do cadastro, que traz regras novas para adesão. Pela lei atual, de 2011, o cadastro é formado apenas por consumidores que solicitam a inclusão no banco de dados – o que, na prática, torna o cadastro irrelevante para análise de crédito. Com o projeto aprovado hoje, a inclusão no cadastro será automática, sendo que o consumidor que quiser sair terá que solicitar a exclusão.

Cada pessoa terá uma pontuação referente ao seu histórico de crédito. A pontuação levará em conta a adimplência em operações de crédito e também no pagamento de contas de água, esgoto, luz, gás e telefone, entre outras. Isso é uma novidade trazida pelo texto aprovado, já que antes não eram consideradas as informações quanto ao pagamento de serviços continuados. Pessoas com renda mais baixa, por exemplo, que muitas vezes não possuem histórico de operações de crédito, entrarão no cadastro por pagarem contas de luz e telefone.

O texto aprovado prevê que a inclusão no cadastro é automática, mas o consumidor será comunicado sobre isso, por escrito, em até 30 dias. Além disso, as informações somente poderão ser compartilhadas 60 dias após a abertura do cadastro.

Para o Banco Central, com o cadastro o risco das operações de crédito vai diminuir, o que permitirá a queda do spread – a diferença entre o custo de captação dos bancos e o que é efetivamente cobrado do consumidor final. Na prática, a intenção é que, com o tempo, os bancos ofereçam crédito mais barato para as pessoas com pontuação maior em função do histórico de pagamentos.

Negociação

Sob a relatoria do deputado federal Walter Ithoshi (PSD-SP), o texto-base do cadastro positivo foi aprovado na Câmara em meio a intensa negociação entre representantes do Banco Central e deputados.

Alguns parlamentares defendiam que a proposta abria espaço para utilização de dados sigilosos. O BC e o governo, por outro lado, argumentavam que o sigilo bancário foi garantido pela lei, que prevê apenas o compartilhamento da pontuação de cada consumidor. Por meio dessa pontuação, será possível acessar linhas de crédito mais baratas.

O texto final trouxe dois ajustes em relação à proposta que vinha sendo costurada por Ithoshi e o Banco Central. A primeira é que a nova lei vai indicar claramente que, em caso de danos a uma pessoa que faça parte do cadastro positivo, a responsabilização ocorrerá conforme o Código de Defesa do Consumidor. Isso significa que serão responsabilizados de forma solidária o banco de dados, a fonte dos dados e o consulente.

Outra mudança é que o Banco Central deverá encaminhar ao Congresso, no prazo de até 24 meses após a vigência do cadastro, relatório sobre os resultados alcançados com as alterações promovidas pela nova lei, “dando ênfase à ocorrência de redução ou aumento no spread bancário, para fins de reavaliação legislativa”.

Na prática, o BC precisará indicar, no relatório, se o spread de fato caiu com o cadastro positivo. O relatório não significará mudança na lei do cadastro após 24 meses. O documento apenas servirá de referência para, eventualmente, o assunto voltar a ser tratado no Congresso.

A previsão do relatório atendeu a uma sugestão do deputado federal Sílvio Costa (Avante-PE). Costa havia proposto que o projeto contivesse a previsão de que, em caso de as taxas de juros não cederem em um prazo determinado, a lei fosse revista. A área jurídica do BC foi consultada e ocorreu a inclusão da previsão do relatório.

Partidos e deputados apresentam 15 destaques ao texto-base do cadastro positivo

10/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Partidos e deputados já apresentaram 15 destaques ao texto-base do projeto de lei do novo cadastro positivo, que pode ser votado nesta quarta-feira, 9, no plenário da Câmara. Entre eles, o que inspira maior preocupação é um destaque apresentado pelo PT, que pede a exclusão do art. 4º da Lei nº 12.414 que consta no substitutivo do deputado federal Walter Ithoshi (PSD-SP), que é relator da matéria na Câmara.

Isso porque a exclusão deste artigo do substitutivo praticamente enterra o projeto do novo cadastro positivo. Este é o trecho da matéria que autoriza a abertura de cadastro em banco de dados e prevê o compartilhamento de informações cadastrais e de adimplemento, além da disponibilização da nota ou pontuação de crédito. Os principais destaques serão votados apenas após a aprovação do texto-base.

Nesta tarde, deputados da base e representantes do Banco Central seguiam discutindo, no plenário da Câmara, detalhes do projeto. Uma das propostas que surgiram de última hora foi feita, pelo microfone, pelo deputado federal Sílvio Costa (Avante-PE).

Costa propôs que o projeto contenha a previsão de que, em caso de as taxas de juros não cederem em um prazo determinado, como seis meses, em função do novo cadastro positivo, a lei do cadastro seja revista. A viabilidade jurídica desta sugestão era avaliada pela área técnica do BC.

Inadimplência sobe 3,5% e chega a 62 milhões de brasileiros, diz pesquisa

10/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Como reflexo da recuperação lenta do emprego e da renda, o total de brasileiros com alguma conta em atraso chegou a 62,2 milhões em abril, ou 41% da população adulta do País, conforme pesquisa feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em parceria com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

O número representa uma alta de 3,54% em relação à quantidade de inadimplentes registrada no mesmo mês do ano passado, marcando a sétima alta consecutiva do indicador na comparação interanual. Se comparado a março, o indicador ficou praticamente estável, com leve variação positiva de 0,04%.

O resultado foi influenciado pela revogação de uma lei no Estado de São Paulo que limitava o registro de inadimplência, o que levou a uma inserção abrupta, na base de devedores, de atrasos que estavam represados – só na região Sudeste, o número de inadimplentes teve aumento de 8,56% frente a abril do ano passado.

Ainda assim, a avaliação da economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, é de que, a despeito do fim da recessão, os dados retratam as dificuldades enfrentadas pelas famílias. “O desemprego segue elevado e a renda, reduzida. Mesmo com o fim da recessão e sinais mais evidentes de que o País está se recuperando da crise, os efeitos imediatos no bolso do consumidor ainda demoram a aparecer”, comenta a economista.

O balanço mostra ainda que o volume de dívidas em nome de pessoas físicas cresceu 1,29% em abril, se comparado a igual período de 2017. O resultado representa o primeiro aumento do número de dívidas desde junho de 2016. Em média, cada inadimplente possui duas contas em atraso.

O levantamento leva em consideração desde dívidas bancárias – como faturas atrasadas de cartão de crédito e empréstimos contraídos em bancos não pagos – a crediários abertos no comércio e dívidas com empresas que prestam serviços de telefonia, TV por assinatura e internet.

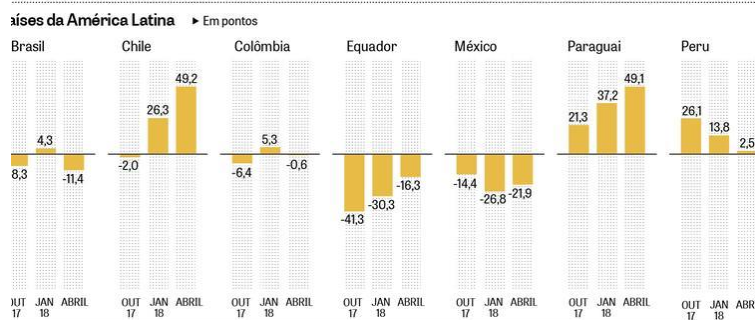
Clima econômico da América Latina recua com piora de Brasil e Argentina

10/05/2018 – Fonte: DCI

Déficit fiscal e instabilidade política do País e crise cambial argentina são alguns dos fatores que resultaram na queda; para especialistas, eleições brasileiras definirão expectativas com a região

O Indicador de Clima Econômico (ICE) da América Latina ficou negativo em 5,2 pontos em abril, depois de marcar um saldo positivo de 1,5 pontos em janeiro, puxado, principalmente, pela piora das expectativas com relação às economias brasileira e argentina.

O ICE é calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e pelo Instituto alemão Ifo. Na avaliação de especialistas, a melhora consistente desse indicador dependerá muito das decisões de política-econômica do Brasil a partir de 2019, especialmente no que se refere ao quadro fiscal deficitário. O País corresponde a 38% do ICE da América Latina.



A FGV mostrou que o ICE Mundial também recuou, ao passar de 26,1 pontos para 16,5, indicando uma possível desaceleração no ritmo de crescimento no segundo semestre.

Entre janeiro e abril, o ICE do Brasil foi de 4,3 pontos para -11,4 pontos, impactado, principalmente, pelo Índice de Expectativas, que despencou de 85,2 para 47,8. O ICE da Argentina, por sua vez, foi de 28,2 para 10,7, com recuo nas expectativas (50 a 30,8) e na situação atual (8,3 a -7,7).

Lia Valls, da FGV, comenta que, no caso argentino, a crise cambial, os problemas inflacionários e fiscais são os fatores que estão deteriorando as perspectivas do país que, por outro lado, ocupa o segundo lugar no ranking do ICE, resquício do avanço das expectativas após Mauricio Macri assumir a presidência da Argentina em 2016.

A retração do indicador do Brasil, por sua vez, está relacionado com as indefinições do cenário político e econômico e às incertezas em relação à trajetória fiscal. "Há uma sensação de que as coisas não vão melhorar", diz.

O coordenador do curso de administração do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), Ricardo Balistiero, reforça, justamente, que as medidas para retomar o equilíbrio fiscal no Brasil são fundamentais para impulsionar não só o crescimento e confiança no País, como no resto da América Latina.

"As nossas eleições serão fundamentais para a melhora do clima na América Latina. O Brasil é a maior economia da região e, portanto, puxa-a para cima ou para baixo", diz.

Apesar desse cenário, o especialista do IMT lembra que o Brasil e as nações emergentes foram os países que mais receberam investimentos nos últimos cinco anos.

Ao citar dados do Banco Central (BC) nacional e do Banco Mundial, ele aponta que, em 2017, o Brasil recebeu 3,1% de todo o investimento direto alocado pelo mundo. Entre os emergentes, o País abocanhou 8% do total de recursos. Em 2016, esses números corresponderam a 3,4% e 9%, respectivamente, o que, para ele, é recuo pequeno frente à recente crise econômica.

Simplificação regulatória

Para elevar esses aportes nos próximos anos, no entanto, além da retomada do equilíbrio fiscal, Balistiero aponta que o próximo governo precisará implementar ações para simplificar o ambiente regulatório e, dessa forma, conseguir atrair capital para reduzir gargalos em infraestrutura que, inclusive, foi citado no ICE como principal problema enfrentado pelo País, ao lado da corrupção. Outras dificuldades apontadas

com relação ao Brasil foram o aumento da desigualdade de renda, a demanda insuficiente e falta de competitividade internacional.

Indústria de SP cresce 2% em março, diz IBGE

10/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

São Paulo foi um dos sete estados onde a indústria cresceu em março

O desempenho da indústria frustrou o mercado em março, mas dados divulgados nesta quarta (9) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que o cenário foi favorável em São Paulo. A indústria paulista cresceu 2% no mês e já acumula alta de 5,4% no ano.

O parque industrial do estado foi bastante afetado no auge da crise econômica. Agora, vem se beneficiando da retomada dos setores automotivos e de máquinas e equipamentos, que têm ajudado a sustentar a ainda tímida recuperação da economia brasileira.

São Paulo foi um dos sete estados onde a indústria cresceu em março, segundo o IBGE. Os outros foram: Pará (9%), Mato Grosso (2,8%), Espírito Santo (2,8%), Amazonas (2,6%), Goiás (1,2%) e Pernambuco (0,2%). Os quatro primeiros e São Paulo haviam tido desempenho negativo em fevereiro.

Na média nacional, houve queda de 0,1%, frustrando expectativas do mercado, que esperava aumento de 0,5%. A queda foi provocada por retração no setor de bens intermediários, que correspondem a 60% da indústria nacional.

No primeiro trimestre, porém, a indústria brasileira teve crescimento de 3,1%, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Foi o quinto trimestre consecutivo de crescimento, mas com ritmo menor do que no trimestre anterior, quando a taxa foi de 4,9%.

Nesta comparação, há aumento da produção em 10 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE. As maiores taxas foram verificadas no Amazonas (24,7%), no Pará (8%), em Santa Catarina (5,9%) e em São Paulo (5,4%). Minas Gerais é o estado com maior recuo, de 3%.

Empresas precisam brigar globalmente, diz novo presidente da McKinsey

10/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

As empresas brasileiras ainda têm muito trabalho a fazer para serem competitivas, e o melhor caminho para avançarem é concorrer no cenário global, diz o consultor Kevin Sneader, que assumirá a presidência mundial da McKinsey em julho. "As companhias brasileiras deveriam testar sua competitividade", disse ao jornal '**O Estado de S. Paulo**', em sua primeira entrevista após ser eleito, por 560 sócios, para liderar a consultoria.

Segundo Sneader, as empresas nacionais precisam investir em tecnologia para ganhar produtividade e o País, estudar maneiras para realocar os trabalhadores cujas atividades vão mudar ou até desaparecer em decorrência dos avanços digitais e robóticos.

Uma das consultorias mais prestigiadas do mundo, a McKinsey tem entre seus clientes 90 das 100 maiores empresas globais, segundo a revista Forbes. O desafio de Kevin passará por conduzir a companhia em um período em que a velocidade das novas tecnologias altera o modo de trabalho da própria consultoria, além de lidar com os

rastros de um escândalo político na África do Sul que atingiu o nome da empresa no ano passado.

O caso, que resultou no fim dos contratos da McKinsey com a Coca-Cola naquele país e com três grandes bancos, envolveu a Trillian, parceira da consultoria acusada de receber pagamentos irregulares de uma concessionária elétrica estatal. "Aprendemos as lições, mas continuamos em frente", afirmou Sneader.

Estamos enfrentando muitas mudanças no mundo: protecionismo, populismo, avanços tecnológicos. Quais os maiores desafios para as empresas hoje?

Clientes sempre fizeram perguntas sobre relações entre diferentes países, mas nunca perguntaram sobre essas questões. Agora, quando encontro com presidentes de empresas, eles estão interessados no que vai acontecer com o comércio global. Ao mesmo tempo, a tecnologia está mudando mais rápido do que antes.

Apesar de tudo, temos de lembrar que o mundo vive um período único, com o maior nível de crescimento em 30 anos. Nesse contexto, há oportunidades. As empresas de sucesso prosperam nas rupturas, vão bem quando as coisas estão mudando porque é quando você pode pegar inovações e colocá-las no mercado. Esse é um ótimo momento para investir, alavancar tecnologia e ir a mercados onde não se está.

Em geral, as empresas brasileiras são competitivas?

Elas têm trabalho a fazer, mas vejo o mesmo nas chinesas. O Brasil é diferente por ser autossuficiente. Mas, com a autossuficiência, também vem a noção de que talvez você não precise de um alto grau de competição doméstica. Essa é uma das razões para se entrar no cenário global, porque competir fora não apenas cria oportunidades, mas também força melhorias na produtividade. As empresas brasileiras deveriam testar sua competitividade.

Tem algum país que poderia ser exemplo para o Brasil?

Se você olhar para as economias do sudeste asiático, encontrará um número de empresas que decidiram ir para o exterior mesmo tendo um mercado doméstico grande. Na Indonésia, há um grande número de empresas de setores em que o Brasil tem sucesso, como commodities, que foram para o exterior. Elas fizeram isso porque sabem que têm de forçar a própria produtividade. Esse é um exemplo, mas eu encorajaria as empresas a olharem para lugares tradicionais, onde vemos empresas líderes, como os EUA.

Qual sua visão da economia e da política brasileira?

Se você elevar o crescimento da economia de 1,5% para 3%, isso colocará o País entre as cinco maiores economias em medida absoluta só por causa da escala. Pequenas mudanças fazem uma diferença gigantesca para quem mora no Brasil. Quero ser otimista em relação à economia por causa do tamanho da população. Os juros e a inflação em baixa criam oportunidade para a economia continuar avançando. Não vou comentar política.

O que as companhias precisam fazer para enfrentar o desafio das novas tecnologias?

Elas têm de ver a tecnologia como oportunidade, não como ameaça. Não estamos prestes a ver as forças de trabalho completamente substituídas por robôs. Acreditamos que 5% das profissões podem desaparecer porque se pode automatizá-las. Entretanto, cerca de 30% das atividades de 60% de todos os tipos de trabalho também podem ser automatizados.

As empresas que abraçarem (a tecnologia) vão ter uma enorme vantagem de produtividade. As que não o fizerem dependerão de mão de obra muito barata e é improvável que consigam ficar numa situação assim por muito tempo, porque a sociedade não permitirá.

E os profissionais? Como eles devem se preparar para esse novo ambiente?

Precisam olhar os papéis que têm para entender o que vai mudar. Se o seu trabalho é pesquisar, essa pesquisa pode ser automatizada. Você tem de reconhecer isso e encontrar modos de adicionar valor. Ser capaz de interpretar a informação que vem das máquinas e aplicá-las com criatividade é uma tarefa muito difícil de se automatizar. A tecnologia é uma amiga. É preciso estar disposto a aprender a partir dela, mas não subestimar a criatividade, as artes e entender como será o lado subjetivo da vida no futuro.

Quando o sr. foi eleito, o 'Financial Times' criticou a escolha pelo fato de o senhor não representar diversidade em um momento que a empresa prega a importância dela. Qual sua resposta?

Quando entrei na empresa, em 1989, tinha saído da Universidade de Glasgow, não Oxford ou Cambridge. Cresci em Glasgow, não em Londres. Vim de uma minoria em Glasgow e nunca havia entrado em um avião até os 21 anos. Representava diversidade em 1989. Agora não represento e reconheço isso. Mas não esqueci de onde vim.

Vocês estão enfrentando um grande escândalo na África do Sul. Por que isso aconteceu?

Há um limite do que posso falar sobre isso, porque estamos envolvidos em procedimentos de governo, mas vamos aprender muito dessa experiência e tomar atitudes para que isso não aconteça novamente.

Esse não é o primeiro escândalo envolvendo a McKinsey (Rajat Gupta, ex-presidente da consultoria, já foi preso por uso indevido de informação privilegiada e a empresa aconselhava a companhia de energia americana Enron, que faliu após denúncias de fraudes contábeis). O que vocês estão mudando na prática?

Existimos há quase cem anos e há alguns episódios dos quais não me orgulho. Fizemos muito para limpar esse caso e quero ter certeza de que o mantemos no contexto em que ocorreu. Aprendemos lições, mas seguimos em frente. Exemplos práticos: mudamos nossos procedimentos de risco e como lidamos como o setor público, estamos olhando abordagens que adotamos. Estou confiante de que esses procedimentos garantirão que isso não aconteça novamente.

Projeto de recuperação judicial enviado ao Congresso permite que governo peça falência de empresas

10/05/2018 – Fonte: R7

O governo federal encaminhou nesta quarta-feira ao Congresso Nacional o texto de modernização da Lei de Recuperação Judicial, incluindo regras para estimular investimentos em empresas com dificuldades e permitindo que governos peçam à Justiça a decretação de falência em caso de grandes dívidas tributárias.

As receitas federal e estaduais, segundo o projeto enviado ao Congresso, podem pedir que o juiz converta em falência a recuperação judicial de uma empresa caso ela não pague tributos durante o processo, venda bens sem notificar a receita estadual ou federal, entre outros casos.

O texto mantém a exigência de certidão negativa de débito com a Receita Federal para que a recuperação judicial seja aceita pela Justiça ou em processo extrajudicial.

Segundo uma fonte da equipe econômica ouvida pela Reuters, o governo não espera aprovação do texto ainda neste ano, seja pela complexidade do tema, como pela diversidade de interesses para alterar o projeto durante a tramitação no Congresso.

Se aprovado, o projeto de lei substituirá o texto de 2005, e instituirá um sistema extrajudicial de recuperação, além de reduzir exigências para que bancos, investidores ou outras empresas invistam em empresas com dificuldades.

O texto pode impulsionar o mercado de dívida corporativa por permitir financiamento privado nas empresas em recuperação judicial, e muda estruturas de garantias para empréstimos.

Ao mesmo tempo, o texto dá mais força às decisões colegiadas da assembleia de credores, limitando os casos em que um único credor impede a execução do plano de recuperação judicial com decisões liminares na Justiça.

O governo envia o texto ao Congresso dois dias após a Triunfo Participações pedir recuperação judicial da concessionária do aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP). Mais cedo, o governo anunciou que publicará decreto com regras para relimitar concessões de infraestrutura.

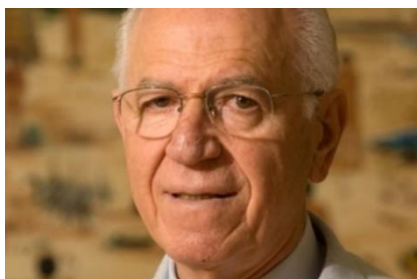
Quem perderá e quem ganhará dos robôs, segundo sociólogo que estuda o trabalho há 50 anos

10/05/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

José Pastore, que estuda as relações de trabalho há mais de 50 anos, decifra alguns dos mistérios da revolução em andamento e aponta que habilidades cruciais nessa transformação

À medida que novas tecnologias são introduzidas pelas empresas, tarefas que antes exigiam grande esforço são simplificadas, facilitando o dia a dia das organizações e de seus funcionários, mas também substituindo a mão de obra humana.

Em entrevista ao InfoMoney, José Pastore, sociólogo que estuda há mais de 50 anos as relações de trabalho e foi voz ativa em prol da reforma trabalhista aprovada no ano passado no Brasil, falou sobre as funções mais sujeitas a desaparecer e aquelas que devem durar mesmo com o avanço tecnológico previsto para os próximos anos. Ele também falou sobre quais habilidades — algumas bem diferentes do que normalmente se imagina — são fundamentais para a mão de obra do presente e do futuro.



Segundo Pastore, as primeiras profissões que serão substituídas pela inteligência artificial, pela robótica ou pela impressão 3D são aquelas constituídas de operações rotineiras, manuais, como aquelas próprias de linhas de montagem.

“O empregado que antes parafusava e pintava o automóvel hoje já perdeu lugar para o robô. Daqui a pouco robôs vão dirigir caminhões, ônibus etc, e aí a profissão de motorista também vai deixar de existir”, diz. O sociólogo também cita como exemplo o funcionário que antes carregava mala em hotéis, o qual está “desaparecendo”, aos poucos, com a popularização das malas de rodinha.

Por outro lado, Pastore explica que a modernização também implica no surgimento de uma série de novas profissões na área da saúde e do direito, por exemplo. Profissionais que cuidam de sistemas operacionais, informática, administração e logística também vêm se beneficiando com as novas descobertas, avalia ele.

O professor destaca, porém, que o cenário não é marcado somente pela destruição ou criação de determinadas profissões, mas principalmente pela transformação: são carreiras que continuam com o mesmo nome, mas que tiveram suas habilidades transformadas.

“O cirurgião hoje faz coisas que ele não fazia uns anos atrás: além da cirurgia, realiza o amparo físico, biológico e conta com uma equipe interdisciplinar que faz toda a cirurgia, acompanha e oferece outros suportes”, afirma.

Ao mesmo tempo, há determinadas profissões e atividades que dificilmente serão atingidas pelas novas tecnologias, afirma Pastore. “Todas as atividades que dependem de carinho, afeto, criatividade, empatia, coragem e emoções não serão afetadas — pelo menos não no curto prazo”, diz.]

Ele explica que por mais que engenheiros se esforcem para criar máquinas que sintam e façam tudo, algumas coisas “mais simples” ainda são difíceis de mecanizar. “Colocar cordões em um sapato, por exemplo, é algo que ainda não é totalmente mecanizado. Por mais que todo o resto seja mecanizado, são tantos movimentos para colocar o cadarço que até agora são humanos que fazem”, observa.

Ainda segundo ele, mesmo que haja um apoio das tecnologias (um cabeleireiro que utiliza um secador mais potente, por exemplo), a parte “artística” não será afetada.

As habilidades necessárias no mercado de trabalho do futuro

Com as mudanças do mercado de trabalho, Pastore afirma que é fundamental ter a capacidade de acompanhar as inovações, mas que isso depende de determinadas habilidades.

“Hoje em dia é muito importante que a pessoa tenha uma formação básica boa, com conhecimentos diversos como línguas, matemática e lógica para acompanhar as inovações”, diz. Outras habilidades segundo o professor são raciocínio indutivo e capacidade verbal.

“Não existe mais carreira linear: da pessoa terminar a escola, fazer faculdade e depois ficar no mesmo emprego pelo resto da vida. Hoje o profissional precisa aprender e se inovar a todo momento”, diz. E completa: “O que existe são carreiras múltiplas. O emprego pode estar ameaçado, mas o trabalho continua. O que existe hoje são novas formas de trabalhar e contratar”.



Brasil terá saldo positivo de empregos formais em todo o ano de 2018, diz ministro do Trabalho

10/05/2018 – Fonte: Reuters

A redução nas expectativas de crescimento do PIB, diante de sinais de ritmo mais fraco da atividade econômica, e a pressão causada pela valorização do dólar, o Brasil deve terminar o ano com um saldo positivo na geração de empregos formais, segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Helton Yomura.

Ainda é possível que o mercado de trabalho reaja neste ano, com ajuda do incremento das exportações e do agronegócio, citou o ministro, evitando se comprometer com uma meta formal de saldo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

“Continuamos otimistas de ter um Caged positivo durante todo ano de 2018”, afirmou. “Esperamos que com as exportações e nas atividades que somos fortes como o agronegócio ajudem e que o cenário internacional ruim não impacte tanto na economia e na geração de empregos.”

O mercado de trabalho tradicionalmente é um dos últimos setores a se recuperar após uma recessão, mas os dados econômicos mais recentes indicam perda de fôlego do emprego em meio a uma taxa de desemprego de dois dígitos.

O Brasil gerou 56.151 vagas formais em março, o melhor para o mês em cinco anos, mas registrando a terceira queda mensal depois das 77.822 vagas em janeiro e 61.188 em fevereiro.

Segundo o ministro do Trabalho, o mercado já é melhor que em anos anteriores graças à retomada econômica e às novas formas de contratação criadas pela reforma trabalhista.

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) registrou queda pelo segundo mês seguido em abril e mostrou que o país iniciou o segundo trimestre com desaceleração no ritmo de recuperação do mercado de trabalho, segundo a Fundação Getulio Vargas.

O Brasil encerrou o primeiro trimestre de 2018 com taxa de desemprego de 13,1 por cento, a mais alta desde maio do ano passado, em meio ao aumento da dispensa de trabalhadores diante de uma economia que vem mostrando menos força do que o esperado.

Entenda como funciona a aposentadoria por trabalho perigoso

10/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Quem tem atividade que oferece riscos à saúde ou ameaça a integridade física pode se aposentar mais cedo



Quando uma pessoa pode pedir aposentadoria por periculosidade? Um trabalho considerado perigoso muda o tempo da aposentadoria?

A advogada especialista em direito previdenciário e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário Adriane Bramante explica quais são as condições para pedir aposentadoria e o que diz o [INSS](#) (Instituto Nacional do Seguro Social).

Insalubridade x Periculosidade

O trabalho é considerado insalubre quando o profissional fica exposto a agentes nocivos à saúde.

As condições consideradas insalubres estão relacionadas na Norma Reguladora do Ministério do Trabalho. “No caso de um frentista, por exemplo, ele está exposto a um

produto químico que é o benzeno, ele tem direito a pedir aposentadoria por insalubridade”.

Periculosidade é definida quando há risco para a integridade física do trabalhador. São considerados trabalhos perigosos aqueles que colocam as pessoas em contato direto ou permanente com explosivos, energia elétrica ou mesmo profissões que estejam sujeitas à violência como vigias e seguranças.

Periculosidade

Os profissionais que atuam em setores considerados perigosos perderam o direito à contagem especial de tempo para a aposentadoria nas agências do INSS em 1997. “A legislação excluiu a periculosidade dos agentes que dão o tempo especial na aposentadoria, mas é possível recorrer à Justiça”, explica Adriane.

De acordo com a advogada, o artigo 201 da Constituição, no que diz respeito à integridade física do trabalhador garante tratamento diferenciado. “A Súmula 198 do extinto Tribunal Federal de Recurso também é usado nesses casos porque entende que a lista do INSS é exemplificativa”.

Aposentadoria

“O primeiro passo para conseguir a aposentadoria é pedir a contagem de tempo.

Depois retirar na empresa o formulário PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) que fornece informações sobre as condições do ambiente de trabalho”. O INSS também poderá realizar uma perícia para comprovar se o local realmente era perigoso ou insalubre.

Comprovada a periculosidade, é possível pedir a aposentadoria especial e há mudança no tempo. A regra atual diz que mulher se aposenta com 30 anos de contribuição e os homens com 35 anos.

Salvo raras exceções, o tempo para a aposentadoria será de 25 anos. “Uma pessoa que trabalhou 10 anos em contato com agentes nocivos, por exemplo, tem um adicional de mais quatro anos. Para homens, valerá 40% a mais e para mulheres, 20%”, observa Adriane.

IGP-M na 1ª prévia de maio sobe 1,12% ante 0,18% na 1ª prévia de abril, diz FGV

10/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) subiu 1,12% na primeira prévia de maio, após ter aumentado 0,18% na primeira prévia de abril. A informação foi divulgada na manhã desta quinta-feira, 10, pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Com o resultado, o índice acumulou alta de 3,19% no ano e avanço de 3,99% em 12 meses.

A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem a primeira prévia do IGP-M de maio. O IPA-M, que representa os preços no atacado, aumentou 1,58% na primeira prévia de maio em maio, ante um avanço de 0,14% na mesma prévia de abril.

O IPC-M, que corresponde à inflação no varejo, apresentou elevação de 0,21% na prévia de maio, depois de uma alta de 0,22% em igual leitura de abril. Já o INCC-M, que mensura o custo da construção, subiu 0,38% na primeira prévia de maio, depois do aumento de 0,34% na primeira prévia do mês anterior.

O IGP-M é geralmente usado para reajuste de contratos de aluguel. O período de coleta de preços para cálculo do índice foi de 21 a 30 de abril. No dado fechado do mês de abril, o IGP-M subiu 0,57%.

IPAs

Os preços dos produtos agropecuários mensurados pelo IPA Agrícola subiram 1,00% no atacado, na primeira prévia do IGP-M de maio. Na mesma prévia de abril, houve elevação de 1,64%. Os produtos industriais no atacado, medidos pelo IPA Industrial, tiveram alta de 1,78% na primeira prévia de maio, ante queda de 0,36% na mesma prévia do mês anterior.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os bens finais tiveram elevação de 0,04% na primeira prévia de maio, depois do avanço de 0,52% na mesma prévia de abril.

Os preços dos bens intermediários tiveram aumento de 2,20% na prévia de maio, ante elevação de 0,90% na primeira prévia de abril. Os preços das matérias-primas brutas avançaram 2,73% na primeira leitura de maio, após uma queda de 1,25% na mesma prévia de abril, revelou a FGV.

INPC de abril sobe 0,21% ante 0,07% em março, aponta IBGE

10/05/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve um avanço de 0,21% em abril, após a alta de 0,07% registrada no mês anterior, segundo dados divulgados na manhã desta quinta-feira, 10 de maio, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado agora apresentado, o índice acumulou uma elevação de 0,69% no ano, segundo o IBGE. A taxa em 12 meses foi de 1,69%. Em abril do ano passado, o índice havia sido de 0,08%. O INPC mede a variação dos preços para as famílias com renda de um a cinco salários mínimos e chefiadas por assalariados.

Dólar sobe pela 3ª vez seguida, vai a R\$ 3,59 e renova máxima em 2 anos

10/05/2018 – Fonte: R7

Moeda norte-americana avançou 0,74% guiada por temores de juros maiores e tensões geopolíticas envolvendo os Estados Unidos e o Irã



O cenário internacional continuou pesando no mercado nesta quarta-feira (9), fazendo o dólar fechar pelo terceiro dia seguido em alta e encostado no patamar de R\$ 3,60, diante de temores de juros maiores e tensões geopolíticas envolvendo os Estados Unidos e o Irã.

Na sessão, a moeda norte-americana avançou 0,74%, a R\$ 3,5954 na venda, maior nível desde 31 de maio de 2016 (R\$ 3,6123). No mês, a moeda norte-americana já acumula alta de 2,62%, depois de saltar 10% entre fevereiro e abril.

Na máxima da sessão, o dólar foi a R\$ 3,6111. O dólar futuro tinha alta de cerca de 0,8% no final da tarde.

"Após a decisão dos EUA de abandonarem o acordo com o Irã, os mercados monitoram o comportamento do petróleo... que pode influenciar diretamente na inflação do país", escreveu a Advanced Corretora.

Na véspera, o presidente norte-americano, Donald Trump, anunciou que seu país estava abandonando o acordo nuclear com o Irã, envolvendo sanções e alimentando temores de que a produção e exportação de petróleo iraniano possam ser afetadas e elevar os preços da commodity.

Esse movimento pode obrigar o Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos, a ser mais duro no atual ciclo de aperto monetário, atraindo recursos para o país provenientes de outros mercados mais arriscados, como o brasileiro.

O dólar no Brasil subiu mais do que frente a divisas de países emergentes nesta sessão por conta do chamado diferencial de juros, diante da expectativa de que o Banco Central brasileiro vai reduzir a Selic na próxima semana para nova mínima histórica, a 6,25% ao ano.

E, diante de temores de que o Fed pode elevar mais os juros nos Estados Unidos, os investidores tendem a migrar para a maior economia do mundo atrás de rendimentos com baixíssimo risco.

Os pesos chileno e mexicano, por exemplo, eram negociados praticamente estáveis frente ao dólar. "Acredito que se a moeda furar R\$ 3,60, o BC voltará a atuar, porque se trata de um movimento especulativo", afirmou o gerente de câmbio do grupo Ourominas, Mauriciano Cavalcante.

Neste mês, o BC entrou com mais força no mercado de câmbio. Pela quinta sessão, vendeu a oferta integral de até 8.900 contratos em swaps cambiais tradicionais, equivalentes à venda futura de dólares, rolando US\$ 2,225 bilhões do total de US\$ 5,650 bilhões que vence em junho.

Se mantiver e vender esse volume diário até o final do mês, o BC terá rolando integralmente os contratos que vencem no mês que vem e terá colocado o equivalente a US\$ 2,8 bilhões adicionais.

"O BC vai procurar evitar distorções de preços. Não acho que esteja preocupado com o nível de câmbio, mas com a volatilidade da moeda", afirmou o economista-chefe do Banco Votorantim, Roberto Padovani, para quem o nível de R\$ 3,60 não necessariamente levará a uma nova atuação do BC.

Inflação acelera em abril para 0,22% com remédio e plano de saúde mais caros

10/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Mercado esperava alta de 0,28% em abril, aponta pesquisa da agência Reuters



Farmácia na zona norte de São Paulo - Léo Pinheiro/Folhapress

A inflação oficial brasileira acelerou e fechou abril em 0,22%, acima dos 0,09% do mês anterior, informou nesta quinta (9) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O aumento foi puxado pela alta nos preços dos remédios, planos de saúde e vestuário e por reajustes no preço da energia. No acumulado do ano, a inflação soma 0,92%, o menor desde o início do Plano Real.

Em 12 meses, a inflação acumulada é de 2,76%, também o menor patamar desde o início do Plano Real. A meta estabelecida pelo governo é de 4,5% no ano, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Pesquisa da agência Reuters apontou que a expectativa de analistas era de alta de 0,28% em abril, acumulando em 12 meses alta de 2,82%.

Em 2017, a inflação foi de 2,97% e ficou abaixo do piso da meta pela primeira vez na história, o que gerou a necessidade de justificativa pelo Banco Central. Em carta ao Ministério da Fazenda, o BC disse que a meta não foi cumprida por causa da queda dos preços dos alimentos.

O último relatório Focus, do Banco Central, mostra que o mercado espera que o IPCA feche o ano em 3,49%. Na ata da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), o BC projeta 3,8%.

Crise na Argentina tem risco "baixo" para o Brasil, diz Bradesco

10/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

A crise Argentina pode ter impactos para a economia brasileira, mas com "efeitos e dimensões bastante limitados", avaliaram na última quarta-feira, 9, os economistas do Bradesco, ressaltando que os dois países têm diferenças econômicas importantes. "O risco de um contágio financeiro para o Brasil nos parece extremamente baixo", ressalta relatório assinado pelos analistas Constantin Jancsó e Andrea Bastos Damico.

Ao contrário da Argentina, o Brasil, segundo o Bradesco, tem uma situação "muito confortável" nas contas externas, com déficit próximo de zero, além de ter investimento externo direto de US\$ 65 bilhões, reservas internacionais de US\$ 380 bilhões, cinco vezes superior à dívida externa do governo (US\$ 70 bilhões) e ausência de dívida local indexada ao dólar. No país vizinho, o déficit da conta corrente bate em 5% do PIB, a dívida externa é 70% em dólar e as reservas líquidas estão na casa dos US\$ 30 bilhões.

Outra diferença importante é a inflação, que no Brasil está abaixo da meta do Banco Central, enquanto na Argentina deve chegar perto de 20% este ano. "Apesar dos desafios fiscais de médio prazo[NO BRASIL], no curto prazo, as contas públicas não oferecem risco à economia diante da vigência do teto dos gastos, da redução do gasto público, dos subsídios e do crédito direcionado", ressaltam os analistas. "Logo, é muito improvável que os eventos recentes na Argentina possam ter algum impacto duradouro na economia brasileira."

Os dois países, porém, são grandes parceiros comerciais. A Argentina é o terceiro destino mais relevante das exportações brasileiras no mundo, atrás apenas de China e EUA, mesmo assim, impacto da crise tende a ser baixo.

Veículos importados da Ford são retidos em portos chineses

10/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Produtos americanos estão enfrentando um aumento na fiscalização alfandegária na China

Veículos importados da Ford estão sendo retidos em portos chineses, disseram três pessoas com conhecimento do assunto à agência Reuters.

Segundo as fontes, os produtos americanos estão enfrentando um aumento na fiscalização alfandegária na China em meio a um forte impasse comercial com os EUA. As três pessoas disseram que os carros da Ford e os da sua marca premium Lincoln estão sofrendo atrasos incomuns na alfândega, com funcionários pedindo mais verificações técnicas.

Duas das pessoas disseram que os modelos americanos de algumas montadoras alemãs, principalmente SUVs, também foram afetados no transporte para a China.

A Ford vem sofrendo exigências de checagens extras nos componentes de emissão, disse um executivo da Ford da China familiarizado com o assunto, pedindo para não ser identificado por causa da sensibilidade do assunto.

A agência alfandegária da China não respondeu imediatamente aos pedidos de comentários

Gerdau reverte prejuízo e tem lucro líquido ajustado de R\$ 451 mi no 1º tri

10/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Siderúrgica previu investimentos de R\$ 1,2 bi em 2018 para melhorar produtividade e manutenção

A siderúrgica Gerdau registrou lucro líquido ajustado de R\$ 451 milhões no primeiro trimestre, ante prejuízo de R\$ 34 milhões registrado no mesmo período do ano passado, informou a empresa nesta quarta-feira.

Sem ajustes, o lucro líquido consolidado caiu 45,6% na comparação anual para R\$ 448 milhões.

O lucro foi impactado pelo resultado financeiro negativo de R\$ 343 milhões no período, ante resultado financeiro positivo de R\$ 54 milhões no mesmo período de 2017.

O resultado operacional medido pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado foi de R\$ 1,48 bilhão, alta de 74% na comparação anual. Com isso, a margem Ebitda ajustada subiu para 14,3%, ante 10,1% no mesmo período do ano passado.

O conselho de administração da Gerdau aprovou pagamento de R\$ 136,15 milhões, ou 0,08 real por ação, em juros sobre capital próprio a partir de 1º de junho, como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

A siderúrgica previu investimentos de R\$ 1,2 bilhão em 2018 com foco em melhoria de produtividade e manutenção.

Melhora da demanda impulsiona Gerdau

10/05/2018 – Fonte: DCI

O aumento das vendas de aço no mercado doméstico ajudou a Gerdau a registrar crescimento no 1º trimestre de 2018, com lucro líquido ajustado de R\$ 451 milhões, ante prejuízo de R\$ 34 milhões em igual período no ano passado.

“É o melhor resultado trimestral dos últimos quatro anos. Seguimos focados em nossas prioridades: ampliar a rentabilidade e competitividade de nossas operações, assim como reduzir o endividamento”, declarou por meio de nota o diretor-presidente da Gerdau, Gustavo Werneck.

De acordo com o balanço da empresa, a produção de aço e as vendas consolidadas apresentaram avanço na comparação anual devido à maior demanda pelo insumo no Brasil e América do Norte.

A receita líquida cresceu 22% e ficou em R\$ 10,39 bilhões, beneficiada pela alta dos preços nos Estados Unidos e no Brasil. "O primeiro trimestre teve forte alta de custo de matéria-prima e conseguimos repassar para o mercado. Nos próximos meses, os movimentos do aço devem ser superiores ao custo de matéria-prima, com aumento de demanda, o que deve melhorar margens", disse Werneck em teleconferência para jornalistas.

A elevação de preços foi causada pelas medidas protecionistas do governo norte-americano em relação à indústria siderúrgica local. Outro efeito colateral foi a diminuição das importações e aumento da demanda.

De acordo com o executivo, a Gerdau irá investir R\$ 240 milhões neste ano para ampliar a capacidade de usina de aços especiais localizada nos Estados Unidos para 720 mil toneladas anuais.

"Temos oportunidade de evoluir desempenho e performance na América do Norte. Nosso objetivo é subir a margem Ebitda para 2 dígitos", destacou Werneck.

Indústria de veículos do Brasil se preocupa com alta de juros na Argentina

10/05/2018 – Fonte: G1

As montadoras de veículos instaladas no Brasil estão preocupadas com o salto dos juros na Argentina, mercado que é responsável atualmente por mais de 70% das exportações brasileiras no setor.

O banco central da Argentina elevou na semana passada a taxa de juros do país para 40%, em medida para conter a desvalorização do peso ante o dólar e em meio aos esforços da autoridade monetária para atingir a meta de inflação de 15% para este ano. Foi a terceira alta dos juros da Argentina apenas em 2018.

Segundo o presidente da associação de montadoras de veículos do Brasil (Anfavea), Antonio Megale, nos próximos dois meses o setor vai ter mais claro quais serão os impactos dos juros argentinos sobre a demanda por veículos produzidos no Brasil.

De janeiro a abril, 75% das exportações brasileiras, de 253,4 mil veículos, foram para a Argentina, que por sua vez tem 70% de sua produção de veículos destinada ao Brasil.

Junto com o crescimento da demanda interna, as exportações brasileiras ajudaram a elevar a produção das montadoras no Brasil no primeiro quadrimestre em 20,7% sobre um ano antes, para 965,7 mil veículos.

"Nos preocupa o impacto que (a alta de juros na Argentina) poderá ter no nosso setor, deve impactar o financiamento dos produtos", afirmou Megale.

Segundo ele, a projeção da Anfavea para as vendas de veículos no mercado interno da Argentina é de 850 mil veículos em 2018 ante projeção da indústria do país vizinho de um volume próximo de 1 milhão de unidades.

Ele afirmou que a indústria brasileira vem buscado novos mercados neste ano para diversificar suas vendas externas, como o Oriente Médio, onde o Brasil já foi um importante fornecedor de veículos décadas atrás.

Atualmente a capacidade ociosa da indústria de veículos do Brasil é de 39%, bem abaixo dos mais de 50% do início de 2017, ano em que o setor interrompeu um ciclo de quatro anos de quedas nas vendas internas.

Segundo os dados da Anfavea, a produção em abril cresceu na comparação anual pelo 18º mês consecutivo.

Megale afirmou que a Argentina ganhou mais importância para as exportações brasileiras neste ano porque o México está comprando menos do Brasil, em meio às discussões do país para reformulação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), que está sendo exigida pelos Estados Unidos.

Na avaliação do presidente da Anfavea, o aumento dos juros na Argentina tem um lado positivo, pois sinaliza que Buenos Aires está agindo para combater a inflação em meio ao movimento de desvalorização do peso influenciado pela alta de juros nos EUA.

Em abril, a produção argentina de veículos subiu 21,4%, acumulando no quadrimestre expansão de 20,4% sobre o mesmo período de 2017, segundo dados da contraparte argentina da Anfavea, a Adefa. Enquanto isso, as exportações da Argentina de janeiro a abril subiram 31,4%.

Tema de fórum, RH se prepara para a indústria 4.0

10/05/2018 – Fonte: Automotive Business

Evento será realizado dia 11 de junho, em São Paulo

Enquanto constantes inovações tecnológicas colocam de pernas para o ar o planejamento das empresas automotivas, o que dizer das estratégias dos departamentos de recursos humanos?

Aqui, as preocupações dos profissionais de RH se confundem com a turbulência desafiadora na gestão das operações e avançam no sentido de reestruturar a harmonia no trabalho em tempo de indústria 4.0. Esse é o pano de fundo para o VI Fórum de RH na Indústria Automobilística, que será realizado no dia 11 de junho no Milenium Centro de Convenções, em São Paulo.

O evento terá início com apresentação de Rafael Nascimento, diretor da Quest Inteligência, para traçar a evolução dos negócios e apresentar as projeções para a indústria automobilística.

Caberá a Françoise Trapenard, diretora de gestão da ABRH-Brasil, colocar em dia a agenda do ano e posicionar RH como uma função estratégica, com papel relevante diante dos desafios da retomada dos negócios automotivos e das estratégias de longo prazo.

Renate Fuchs, gerente sênior de projetos da Porsche Consulting, avaliará o impacto da tecnologia e o futuro do trabalho, enquanto os robôs estão absorvendo parcela importante dos postos de manufatura e das funções analíticas. Paula Braga, diretora de **Automotive Business**, apresentará a evolução da presença feminina no setor automotivo e as vantagens no empoderamento das mulheres no setor.

Emerson Casali, diretor da CBPI Produtividade Industrial, vai ponderar como avança a reforma trabalhista e as questões em pauta na área de RH. André Augusto Rodrigues, gerente geral de RH da Gerdau, fará palestra para mostrar como a empresa está promovendo uma verdadeira revolução na área de RH.

Em painel de debates, Larissa Armani, especialista em programas de recrutamento do Google, e Domingos Zuccherelli, regional sales manager do LinkedIn, vão tratar de experiências bem-sucedidas na gestão de RH.

As duas apresentações finais vão abordar questões relacionadas à gestão de RH em empresas de autopeças. Adilson Sigarini, conselheiro e diretor de relações trabalhistas do Sindipeças, fará palestra para analisar os temas que mais preocupam as empresas associadas.

O programa será encerrado com uma sessão de debates sobre o papel de RH na retomada dos negócios, terceirização do trabalho e o efeito da Indústria 4.0 no setor, com a participação dos diretores de RH da Mahle, Ana Borgonovo, da Valeo, Kieber Daniel, da Eaton, Sílvia Zwi, e da Bosch, Fernando Tourinho.

Marcopolo reporta melhor resultado trimestral desde 2013

10/05/2018 – Fonte: Automotive Business

Os resultados financeiros e operacionais da Marcopolo no primeiro trimestre de 2018 são os melhores apurados para os primeiros três meses do ano desde 2013, segundo balanço trimestral divulgado esta semana pela encarroçadora de ônibus com sede em Caxias do Sul (RS).

A empresa registrou receita líquida consolidada de R\$ 764,8 milhões, 37,9% maior do que a verificada no mesmo período de 2017, e o lucro líquido somou R\$ 30,9 milhões e cresceu 865% - o valor é quase 10 vezes maior do que os R\$ 3,2 milhões de um ano atrás.

Segundo a Marcopolo, o crescimento da receita é reflexo do maior faturamento tanto no mercado doméstico como de exportações, que em valores apresentaram aumento de 122,7% e 39,6%, respectivamente, quando comparados com o primeiro trimestre do ano anterior. A receita no mercado interno alcançou R\$ 333,6 milhões, 43,6% do total, enquanto exportações e negócios no exterior totalizaram R\$ 431,2 milhões, representando os demais 56,4%.

De acordo com o diretor-geral da Marcopolo, Francisco Gomes Neto, os resultados obtidos no trimestre reforçam a expectativa de recuperação consistente do mercado brasileiro de ônibus este ano, com o volume de produção crescente em todos os segmentos.

"Ampliamos em 76,7% a produção nas fábricas brasileiras em relação ao ano anterior, mais do que o crescimento registrado pelo mercado nacional, que foi de 59,4%. Também aumentamos a participação na produção brasileira de carrocerias para 53,7%, contra 46,8% no primeiro trimestre de 2017, e crescemos 25,8 pontos percentuais no segmento de urbanos, com aumento de volumes domésticos e de exportação", destaca Gomes Neto.

SEGMENTOS

No mercado doméstico, as receitas da Marcopolo no segmento de ônibus rodoviários cresceram consideráveis 294,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O setor continua aquecido especialmente pelos veículos para fretamento e em linhas interestaduais, pela vigência da norma que prevê a redução da idade média da frota de ônibus voltados ao transporte interestadual e internacional para seis anos em 2018.

No segmento doméstico de ônibus urbanos, a receita cresceu 123,1%. No trimestre, a Marcopolo liderou esse mercado com 51% de participação. A produção de carrocerias urbanas avançou 101,9%, graças ao aumento significativo de 1.239,3% nas exportações e da maior renovação de frota no Brasil.

A Marcopolo já iniciou a produção de parte das 4,4 mil carrocerias para chassis de ônibus direcionados ao programa Caminho da Escola, o que deverá afetar positivamente seus números nos segmentos de micros e urbanos nos próximos meses.

“Para atender ao crescimento previsto de demanda, estamos preparando a planta de São Mateus (ES), voltada inicialmente à produção de veículos Volare, para a fabricação de outros modelos, dando sequência ao projeto de otimização de nossas fábricas”, destaca Gomes Neto.

CRESCIMENTO EXTERNO

As exportações da Marcopolo experimentaram crescimento de 46,3% em unidades embarcadas na comparação com o primeiro trimestre de 2017. As vendas ao continente africano permanecem em destaque, reflexo do amadurecimento de iniciativas estratégicas da companhia voltadas às vendas externas, como a abertura de novos escritórios de representação nessas regiões. A expectativa é de manutenção da expansão externa com ampliação dos negócios em mercados da América Latina.

Em relação às operações no exterior, o destaque foi o crescimento de 11% em unidades produzidas na Austrália, resultando em receita 16,5%. As demais unidades da Marcopolo em outros países reportaram produção e receita inferiores, mas a expectativa para o restante do ano é de recuperação. Na China, com a obtenção em março passado de autorização para operar em ZPE (Zona de Processamento de Exportações), a encarroçadora gaúcha passou a produzir ônibus para exportação também naquela unidade.

Janela da Ford permite que cegos toquem a paisagem

10/05/2018 – Fonte: Automotive Business

Conceito baseado no Braille mostra os cenários a pessoas com deficiência

A **Ford** desenvolveu um protótipo de janela inteligente para automóveis que permite aos passageiros com deficiência visual sentir as paisagens por onde passam por meio do tato. A solução foi criada em parceria com a startup italiana Aedo, especializada em tecnologias e dispositivos para pessoas cegas.

O sistema, chamado de Feel the View, tira fotos dos cenários por onde o carro passa.

As imagens são transformadas em imagens em preto e branco de alto contraste e, em seguida, reproduzidas no vidro por um LEDs especiais, que vibram em escala de 225 intensidades quando são tocados. O movimento permite aos portadores de deficiência reconstruir mentalmente as paisagens.

A solução é baseada no método Braille de leitura tátil, mas vai além das letras e números. Em paralelo ao dispositivo, um assistente de voz inteligente, conectado ao sistema de áudio do automóvel, descreve ao passageiro o contexto da imagem que ele sente.

10/05/2018 – Fonte: Automotive Business



Companhia negocia a instalação de pontos de recarga com rede de postos de abastecimento

Enquanto uma série de especialistas insiste em repetir que no Brasil não há espaço para **carros elétricos** por causa do forte domínio do etanol, que já seria uma fonte limpa de energia, Rafael Paniagua, presidente da ABB no País, defende que a tecnologia pode crescer rápido localmente nos próximos meses ou anos.

Ele enumera como um dos principais motivos para isso é o grande potencial nacional de geração de energia limpa. "Temos hidrelétricas e condições perfeitas para ampliar a presença de usinas eólicas e solares. O Brasil tem muita sorte", defende o executivo, natural da Espanha.

A ABB produz tecnologias de automação e indústria 4.0, além de pontos de abastecimento de veículos elétricos. Este ano a companhia lançou globalmente sistema de recarga ultrarrápida capaz de garantir autonomia de 200 quilômetros a um automóvel em apenas 8 minutos.

No Brasil a companhia já tem instalados alguns pontos de recarga, em unidades da rede Graal nas estradas, por exemplo. Segundo Paniagua, o objetivo tem sido desenvolver parcerias para oferecer o serviço, como as já estabelecida com a CPFL, a Copel e a Itaipu.

Para Paniagua, garantir infraestrutura de recarga é justamente um dos passos essenciais para que os carros elétricos possam dar o primeiro passo para alcançar o potencial de crescimento que ele percebe no Brasil.

Em seguida o executivo enumera a necessidade de diminuir os encargos sobre estes veículos, baixando enfim a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que hoje está em 25% (atualmente a indústria automotiva negocia com o governo redução do tributo para 7%).

O terceiro ponto, destaca, é desenvolver um sistema para a venda de energia elétrica para o abastecimento dos veículos. Hoje só as concessionárias de energia podem efetuar esta negociação, o que torna inviável a instalação de infraestrutura de recarga mais robusta, que não seja completamente subsidiada pelas empresas.

Paniagua projeta, no entanto, que este entrave não deve demorar muito a ser resolvido por insistência das companhias interessadas em atuar neste novo mercado. Segundo ele, a própria ABB negocia o fornecimento de pontos de recarga para uma grande rede de postos de gasolina no Brasil – sistema que só poderá funcionar com a regulamentação adequada.

CARRO ELÉTRICO TERIA IMPACTO PEQUENO NO CONSUMO DE ENERGIA

O presidente da companhia entende que o avanço local dos carros elétricos é inevitável, ainda que o governo brasileiro siga sem políticas para fomentar a tecnologia localmente.

“Este mercado deve começar a crescer no segmento de veículos de luxo e, depois, entre os frotistas. Quando uma grande empresa perceber a vantagem operacional do carro elétrico ela vai batalhar para poder usar estes modelos em larga escala”, diz, citando a menor necessidade de manutenção e troca de peças e o gasto até 75% menor com combustível por quilômetro rodado.

Paniagua discorda com a teoria de que o Brasil não teria capacidade de gerar energia elétrica o bastante caso os veículos elétricos realmente ganhassem espaço localmente.

Sem dar números precisos ele assegura que o consumo energético subiria poucos pontos percentuais mesmo que a frota de carros eletrificados tivesse crescimento importante. “Conseguiríamos atender a esta demanda apenas com investimento em energia eólica ou solar”, diz.

Audi admite perder dinheiro agora para ganhar no futuro

10/05/2018 – Fonte: Automotive Business



Em reunião geral de acionistas, a **Audi** apresentou um plano estratégico ambicioso, com promessa de 20 lançamentos só este ano, incluindo forte ofensiva de eletrificação de seus carros e aceleração na digitalização, que deve gerar bilhões em novas receitas.

Com faturamento extra e redução de custos, o Grupo Audi espera obter ganhos acumulados de € 10 bilhões até 2022. Antes disso, porém, no curto prazo a companhia admite que os altos investimentos para criar produtos e serviços devem ter impacto negativo nos lucros.

“O grande número de lançamentos e descontinuações de modelos, que será particularmente intensivo no segundo semestre deste ano, terá impacto negativo inicialmente. Outros desafios serão registrados em 2018, como os rígidos requisitos de homologação em toda a indústria”, afirmou a fabricante alemã em nota distribuída logo após a apresentação aos acionistas do Plano de Ação e Transformação, na quarta-feira, 9, na sede da Audi em Ingolstadt, Alemanha.

“2018 é um ano chave para a Audi, com enorme velocidade de mudanças que gradualmente nos colocará de volta na ofensiva. Continuaremos limpando a crise do diesel e reestruturaremos grandes partes da nossa organização global. Ao mesmo tempo, estamos nos aproximando do clímax do maior espetáculo na história da empresa e estamos entrando na era da mobilidade elétrica com o Audi e-tron”, disse Rupert Stadler, presidente do conselho de administração da Audi AG.

O SUV e-tron citado por Stadler é o primeiro veículo totalmente elétrico da marca, que fará sua estréia mundial em 30 de agosto próximo no Audi Summit em Bruxelas, Bélgica.

O carro é o abre-alas da estratégia que prevê expressiva e rápida expansão do portfólio de modelos elétricos e híbridos em cada linha da Audi, que pretende vender perto 800 mil automóveis eletrificados por ano até 2025.

ESTRATÉGIA DIGITAL

O e-tron também marca o aprofundamento da estratégia de digitalização de serviços da Audi. Ao comprar o carro, os clientes poderão, pela primeira vez, adquirir várias funcionalidades on-line. A estimativa é que os serviços digitais vendidos pelo portal do cliente myAudi deverão gerar contribuição anual para o lucro operacional de € 1 bilhão até 2025.

Para gerenciar melhor esse novo polo de negócios, a Audi anunciou a criação de uma unidade central, ligada diretamente ao CEO, para orientar o planejamento, a implementação e a operação de produtos digitais. A ideia é estabelecer um valor digital agregado no mesmo nível do negócio principal.

A Audi também desenvolve uma plataforma de tecnologia da informação (TI) integrada para conectividade de veículos e serviços digitais.

Por meio de sistema compartilhado de alto desempenho, os modelos da Audi e de outras marcas do Grupo Volkswagen terão mais compatibilidades, como por exemplo a transferência de configurações e conteúdo dos clientes entre os automóveis fabricados pelo grupo.

"Queremos ter carros elétricos premium e serviços digitais atraentes do ponto de vista econômico. Essa é a nossa ambição clara para a mobilidade do futuro. Para isso, estamos utilizando as sinergias do Grupo VW de maneira significativamente mais eficaz e liberando recursos para projetos estratégicos do nosso Plano de Ação e Transformação", destacou Alexander Seitz, membro do conselho de administração responsável por finanças, TI e integridade da Audi AG.

LANÇAMENTOS

Dos mais de 20 lançamentos prometidos para este ano, a Audi pretende introduzir uma nova linguagem de design da marca e o novo conceito de operação totalmente digital no interior. Essa estratégia começa pelos modelos topo de gama e irá descendo gradualmente para toda a linha de produtos.

Após o lançamento do A8 no fim de 2017 e do A7 em março passado em alguns mercados, o próximo passo será a nova geração do A6. Em 2020, a Audi tem o objetivo aumentar em cerca de 50% suas vendas no segmento de sedãs de grande porte.

A ofensiva de utilitários esportivos será forte, para aproveitar a fatia de mercado que mais cresce no mundo. Até o fim de 2019 a marca vai lançar 11 SUVs, incluindo modelos inéditos como o Q4, a ser apresentado no próximo ano.

Antes de 2018 dois SUVs, Q8 e e-tron, vão ampliar a oferta no segmento. A Audi também vai lançar SUVs compactos e médios em 2018. Além da nova geração do Q3, o esportivo SQ2 estréia nos próximos meses. Na China, os SUVs da marca estarão disponíveis pela primeira vez com versões de entre-eixos alongado: o Q2 L e o Q5 L.

Na Lamborghini, este será o ano de lançamento do primeiro SUV do mundo da marca italiana controlada pelo Grupo Audi. O Urus chega no segundo semestre, mas em apenas um mês as encomendas antecipadas para o modelo já esgotaram o volume anual de produção.

RESULTADOS

A Audi apurou bons resultados no primeiro trimestre de 2018, com receita de € 15,3 bilhões, 6,5% maior do que o registrado no mesmo período de 2017, e lucro operacional trimestral de € 1,3 bilhão, que cresceu 4,5%.

O retorno sobre as vendas para o período de janeiro a março foi de 8,5%, parecido com os 8,7% de 2017. Apesar dos altos gastos iniciais com novos modelos, tecnologias e equipamentos de produção, o fluxo de caixa líquido totalizou € 1,92 bilhão, maior que os € 1,49 bilhão de um ano antes.

Apesar das condições pouco favoráveis, com grandes investimentos no horizonte, para todo o ano de 2018 a Audi AG manteve a meta de retorno operacional sobre as vendas de 8% a 10%.

A empresa prevê volume de vendas parecido com o nível recorde de 2017, quando entregou 1,88 milhão de automóveis em todo o mundo. As receitas devem subir levemente em relação ao nível do ano passado, de € 60,1 bilhões.

Workshop Além das Fronteiras - Curitiba

10/05/2018 – Fonte: FIEP



WORKSHOP
ALÉM DAS
FRONTEIRAS



24 - maio / 13h30 às 18h
Local: Campus da Indústria do Sistema Fiep
- Av. Comendador Franco, 1.341, Jd. Botânico - Curitiba, PR.
Informações: Caroline Pinheiro do Nascimento
(41) 3271 9101
caroline.nascimento@sistematiep.org.br

O melhor do mercado global para sua empresa expandir, firmar parcerias estratégicas e internacionalizar sua marca está no Workshop Além das Fronteiras, organizado pelo CIN – Centro Internacional de Negócios do Paraná, em parceria com a DHL.

OBJETIVO
Esclarecer as possibilidades de exportação e importação em novos mercados:

- Entender o importante papel das PMEs no comércio mundial;
- Encontrar oportunidades geográficas para seus produtos e serviços;
- Identificar rotas de mercado construindo relações de longo prazo com seus Clientes Internacionais;
- Descobrir por onde começar sua internacionalização e o que é preciso para ser bem-sucedido como uma empresa global;
- Conhecer o suporte disponível e as ferramentas necessárias para acessar novos mercados globais;

INSTRUTORES

Franco Minucci
- Gerente de Canal de vendas Direta na DHL

Mariana Frei Cunha
- Especialista de Desenvolvimento de Mercado na DHL

VAGAS LIMITADAS.

Inscrições